

de 06 de Junho, ou do Decreto-Lei n.º 135/2004 de 03 de Junho que cria o PROHABITA - Programa de Financiamento para Acesso à Habitação - visando a resolução de situações de grave carência habitacional de agregados familiares residentes no Concelho do Funchal;

Considerando que as áreas que compõem o empreendimento se encontram homologadas pelo Instituto Nacional de Habitação, conforme os quadros anexos ao Contrato de Desenvolvimento para Habitação com Empréstimo Hipotecário celebrado entre o Instituto Nacional de Habitação e o Consórcio «A. M. Mesquita Imobiliária, Lda/A. M. Mesquita & Filhos, S.A.» em 28 de Novembro de 2003.

Considerando ainda que o preço por metro quadrado de área bruta habitacional de € 855,89 (oitocentos e cinquenta e cinco euros, e oitenta e nove cêntimos) proposto pelo promotor e aceite pela IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, E.P.E. se insere dentro dos parâmetros da habitação a custos controlados, nomeadamente, os estabelecidos na Portaria 500/97 de 21 Julho, enquadrando-se também no âmbito de todos os pressupostos indicados na Portaria n.º 70-A/2004 de 16 de Janeiro;

O Conselho de Governo ao abrigo do Decreto-Lei n.º 157/2002 de 02 de Julho, e do Decreto Legislativo Regional n.º 18/95/M de 26 de Agosto e alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 30/98/M de 29 de Dezembro, determina o seguinte:

1 - AIHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, E.P.E. fica autorizada a outorgar o Acordo de Aquisição/Comparticipação com o consórcio «A. M. Mesquita Imobiliária, Lda/A. M. Mesquita & Filhos, S.A.» relativo ao empreendimento a custos controlados edificado na Estrada Comandante Camacho de Freitas, Sítio das Preces, Freguesia de Santo António, Concelho do Funchal, nos seguintes termos:

1.1 - O empreendimento composto na sua totalidade por 100 fracções habitacionais (sendo 16 de tipologia T1, 72 de tipologia T2, e 12 de tipologia T3) seja adquirido/indicados adquirentes pela IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, E.P.E. com vista à resolução de situações de grave carência habitacional de agregados familiares residentes no Concelho do Funchal;

1.2 - Considerando a hipótese da IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, E.P.E. indicar adquirentes para as fracções acima referidas, o preço a praticar para a comercialização dos fogos será de € 855,89 (oitocentos e cinquenta e cinco euros, e oitenta e nove cêntimos) por metro quadrado de área bruta habitacional e de € 6 778,64 (seis mil, setecentos e setenta e oito euros, e sessenta e quatro cêntimos) por estacionamento, sendo posteriormente sujeitos a homologação pelo Instituto Nacional de Habitação;

1.3 - Concretizando-se a hipótese da IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, E.P.E. adquirir as 100 fracções habitacionais com respectivos estacionamentos pelo preço unitário de € 6 778,64 (seis mil, setecentos e setenta e oito euros, e sessenta e quatro cêntimos), desde que, directamente afectos aos fogos, o que deverá constar da Escritura de Propriedade Horizontal, o montante a pagar pela aquisição das 100 fracções será o discriminado na lista anexa à presente resolução e que desta faz parte integrante, cujo valor resulta do menor das seguintes condicionantes:

1.3.1 - Os preços de aquisição por tipologia definidos através da Portaria n.º 70-A/2004 de 16 de Janeiro dos Ministérios das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Habitação, e o valor obtido pelo produto da área bruta habitacional, em metros quadrados, homologada para cada fracção e o preço máximo de venda a homologar pelo Instituto Nacional de Habitação de acordo com o definido no ponto 1.2;

2 - O Acordo de Aquisição/Comparticipação seja assegurado totalmente pelo orçamento da IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, Entidade Pública Empresarial.

Presidência do Governo Regional. - O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim.

Resolução n.º 152/2006

O Conselho do Governo tomou conhecimento das dificuldades inerentes ao processo de revisão do Contrato Colectivo de Trabalho para o Sector da Indústria Hoteleira, não obstante as tentativas conciliatórias já promovidas após as negociações directas realizadas entre a Mesa da Hotelaria da ACIF e o Sindicato da Hotelaria.

Considerando a importância da actividade hoteleira na economia regional e a necessidade de manutenção de adequado clima de estabilidade nas relações laborais, bem como as posições das partes de que resultou a situação de impasse negocial, são mandatados os Secretários Regionais dos Recursos Humanos e do Turismo e Cultura, para procederem aos estudos preparatórios de uma eventual elaboração de um Regulamento de Condições Mínimas, tendo em conta os parâmetros usuais de avaliação das condições do sector de actividade em geral e das empresas em particular, dos respectivos indicadores de rendimento e produtividade, assim como da contratação colectiva regional, do índice de preços e da política económica e social do Governo Regional, e tendo igualmente presente a manutenção da competitividade das empresas e a melhoria das condições de trabalho, particularmente as salariais, dos trabalhadores do sector em causa.

Presidência do Governo Regional. - O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim.

Resolução n.º 153/2006

Considerando que, a Associação Banda Orquestral Os Infantes, presta e desenvolve actividades de utilidade pública, cooperando com a Administração nos seus objectivos de promoção, incremento e difusão da música;

Considerando que, tem também como objectivos, proporcionar a promoção e realização de actividades e projectos de alcance geral;

Considerando que a referida Associação tem proporcionado o desenvolvimento e lançamento de projectos de interesse comum nas áreas culturais, sociais e educativas, bem como o ensino da música;

Considerando que esta Associação tem vindo a apresentar um crescente desenvolvimento, bem como um maior envolvimento da população em geral nas suas actividades;

Considerando que a Associação em causa, funciona não só em benefício dos associados mas igualmente da população em geral, sendo que a definição dos seus objectivos vem promover e divulgar a Madeira.

Assim o Conselho de Governo reunido em plenário em 9 de Fevereiro de 2006, resolveu declarar de utilidade pública a Associação Banda Orquestral Os Infantes, com sede no Sítio da Torre, freguesia e concelho de Câmara de Lobos, nos termos do Decreto Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, e do Decreto Regional n.º 26/78/M, de 3 de Julho.

Presidência do Governo Regional. - O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim.

Resolução n.º 154/2006

Considerando que o jornalista Gilberto Marcos Teixeira de Jesus nunca esteve abrangido pelo regime do designado Estatuto de Aposentação (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro), mas sim pelo regime do Centro Nacional de Pensões.

O Conselho do Governo reunido em plenário em 9 de Fevereiro de 2006, resolveu revogar a Resolução n.º 56/2006, de 19 de Janeiro, mantendo-se a anterior situação do referido jornalista, como Conselheiro Técnico do gabinete do Secretário Regional do Turismo e Cultura.

Presidência do Governo Regional. - O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim.

Resolução n.º 155/2006

Considerando o teor da Resolução número 1562/2005, tomada na reunião do Conselho do Governo Regional do dia 27 de Outubro de 2005, através da qual foi resolvido adjudicar a obra de construção do "Arranjo Urbanístico dos Lamaceiros - Porto Moniz";

Considerando que, por despacho do Secretário Regional do Plano e Finanças, datado de 8 de Novembro de 2005, e ao abrigo do artigo 10.º do Código das Expropriações, foi proferida resolução de expropriação dos terrenos necessários à obra acima referida;

Considerando que foi promovida a tentativa de aquisição dos referidos bens pela via do direito privado, ao abrigo do artigo 11.º do Código das Expropriações, tendo, para o efeito, sido notificados os proprietários e demais interessados das parcelas necessárias à obra;

Considerando que foi efectuada a publicitação da existência de proposta através de edital, tendo em vista os proprietários e demais interessados não conhecidos e aqueles cujas cartas, enviadas sob registo com aviso de recepção, foram devolvidas;

Considerando que já decorreram os prazos legais para que os proprietários se pudessem pronunciar, sem que se tenha chegado a qualquer acordo de aquisição;

Considerando que, em ordem a concretizar tais aquisições, foram previstos os encargos globais a suportar com a

expropriação dos prédios em causa, os quais têm cabimento orçamental no orçamento regional;

No que concerne ao enquadramento da obra em questão nos instrumentos de gestão territorial e estratégias de desenvolvimento regional, é de referir que a presente infraestrutura se insere face ao preconizado no regulamento do Plano Director Municipal, em "Espaços urbanos de expansão e colmatagem", sendo uma situação enquadrável no artigo 34.º do seu Regulamento.

Considerando que é de inequívoco interesse público a realização da obra;

O Conselho do Governo reunido em plenário em 9 de Fevereiro de 2006, resolveu:

- 1 - Usando das competências atribuídas pelo n.º 1 do artigo 90.º do Código das Expropriações, aprovado em anexo à Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, e nos termos do artigo 12.º do mesmo diploma, fica declarada de utilidade pública a expropriação dos bens imóveis devidamente identificados e assinalados na lista com identificação dos proprietários e demais interessados, identificada como anexo I, e na planta parcelar que define os limites da área a expropriar, identificada como anexo II à presente Resolução, da qual fazem parte integrante, suas benfeitorias e todos os direitos a eles inerentes ou relativos (servidões e serventias, colonias, arrendamentos, acessões, regalias, águas, pertences e acessórios, prejuízos emergentes da cessação de actividade e todos e quaisquer outros sem reserva alguma), com a área global de 2.424,69 metros quadrados, por os mesmos serem necessários à obra do "Arranjo Urbanístico dos Lamaceiros - Porto Moniz", correndo o respectivo processo de expropriação pela Direcção Regional do Património;
- 2 - Fazem parte desta Resolução os anexos referidos no número anterior, sendo constituído o anexo I pela lista com identificação dos proprietários e demais interessados, no qual se refere o número da parcela constante da planta parcelar, o nome e morada dos proprietários e a área total da parcela a expropriar, e o anexo II pela planta parcelar que define os limites da área a expropriar, que identifica as parcelas fazendo corresponder o número de parcela com o seu equivalente no anexo I.

Os encargos com a aquisição destas parcelas serão suportados pelo orçamento da Região Autónoma da Madeira, Secretaria 09, Capítulo 50, Divisão 15, Subdivisão 01 e Classificação Económica 07.01.01.

Presidência do Governo Regional. - O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim.

Anexo 1

Obra de Construção do Arranjo Urbanístico dos Lamaceiros Lista de identificação dos proprietários e demais interessados

Parcela N.º	Nome	Morada	Área Expropriar (m2)
A	Maria da Graça Ponte Gouveia	Sítio dos Lamaceiros 9270-035 Porto Moniz	392,73
B	Maria do Carmo Nunes Fourie A/c de Dr.ª Simone Teixeira	Sítio da Igreja 9240-105 Ponta Delgada	668,51